



ATA N.º 022/2023

Aos vinte seis dias do mês de outubro de dois mil vinte três na Câmara municipal de Vereadores, reuniram-se em Sessão Ordinária às 18:00 horas os nobres edis a A sessão foi presidida pelo vereador Daniel e secretariada pela vereadora Ana. Após a saudação inicial, o presidente convidou os presente para fazer uma oração. Ato contínuo, Sr. Presidente colocou a ata 21/2023 em apreciação, sendo a mesma aprovada por sete votos a zero. Por conseguinte, o secretária procedeu à leitura do Expedientes Of. n.º 177 e 178/2023 do Executivo Municipal, não houve inscrito ao Grande Expediente, Matéria do Executivo Municipal. O presidente solicitou que se realiza-se leitura Projeto de Lei n.º 081/2023 Que: Autoriza a concessão de direito de uso de bem imóvel e a doação de materiais e bem móvel e dá outras providências, representado em substituição ao Projeto n.º 081/2023 retirado em 24/10/2023, por razões de ajustes e principalmente nas indicações de rubrica orçamentária das despesas; Parecer Jurídico, aprovado por sete votos a zero. Projeto de Lei n.º 082/2024 Que: Declara de Interesse Público obra de Pavimentação asfálticas, insere metas no PPA, LDO e LOA, autoriza realização de operação de crédito adicional especial e dá outras Providências, Parecer Jurídico, aprovado por sete votos a zero, Projeto de Lei n.º 083/2023 Que Declara de interesse público turístico e cultural o custeio das despesas de reforma da igreja localizada na comunidade do Porto Santa Lucia interior do município; Parecer Jurídico, aprovado por sete votos a zero. Projeto de Lei n.º 084/2023 Que: Altera Padrão e Coeficiente de vencimentos de cargos de provimento efetivo e dá outras Providências, Parecer Jurídico aprovado por sete votos a zero. Projeto de Lei n.º 085/2023 Que: Declara de interesse Público o custeio das despesas com materiais de construção de Pavilhão comunitário na vila Encruzilhada Gaúcha; Parecer Jurídico aprovado por sete votos a zero. Projeto de Lei n.º 086/2023 Que: Autoriza a doação de bens adquiridos, construídos, ou transformados com recursos públicos no âmbito das parcerias firmados com base na Lei Federal n.º 13.019/2014; Parecer Jurídico aprovado por sete votos a zero. Projeto de Lei n.º 087/2023 que: Institui Programa Para recuperação de Crédito Fiscal REFIS Municipal e dá outras providências; Parecer jurídico. Aprovado por sete votos a zero. e nada mais a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão às 19:30 horas, da qual foi lavrada a presente ata que lida e achada conforme vai devidamente assinada. Alprestre aos 26 dias do mês de outubro de 2023